

Título: *O ENSINO RURAL E O INQUÉRITO DE JOÃO DE TOLEDO (REVISTA EDUCAÇÃO - 1930)*

Autora: Denise Guilherme da Silva

Filiação Institucional: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Este trabalho está relacionado a uma primeira incursão de pesquisa para minha dissertação de mestrado em andamento envolvendo as Escolas Isoladas do Estado de São Paulo na década de 30. A proposta tem por objetivo apresentar o debate levantado pelo inquérito publicado na Revista Educação nos meses de maio, junho, julho e agosto de 1930, intitulado “Preparação e Fixação do Professor Rural.” A partir das questões levantadas pelo então Inspetor Geral de Ensino, prof. João de Toledo, este texto pretende mostrar de que forma o inquérito refletiu parte das discussões acerca do ensino rural que percorreram grande parte dos volumes deste periódico até meados dos anos 40.

Desde sua fundação em 1927, a Revista Educação apresentou em quase todos os seus números, vários artigos envolvendo questões referentes à educação do homem rural e o problema da formação dos professores que atuavam nessas regiões. Grande parte da população encontrava-se em regiões afastadas dos centros urbanos onde, muitas vezes, dada a “dispersão” geográfica, a distância e as dificuldades materiais encontradas, a instalação e manutenção dos grupos escolares tornava-se inviável. Dessa forma, nesses lugares, a alternativa encontrada para a difusão da instrução primária para as populações rurais era a implantação de escolas isoladas:

Definida enquanto solução mais econômica, a difusão da escola primária, principalmente nas pequenas localidades e na zona rural, mas também na capital e nas cidades maiores, onde se sentia pressão por vagas, se fazia através do modelo da *Escola Isolada*. Uma sala, parco mobiliário, além de condições mínimas de acesso e permanência do professor – pouco mais era necessário. Essencial, todavia, era que existisse professor determinado a assumir aquela escola (DUARTE, 1995, p.27).

A tarefa de assumir uma classe numa escola isolada era geralmente assumida por professores leigos ou normalistas recém formados. Localizadas em lugares distantes, tais escolas recebiam visitas esporádicas dos inspetores escolares a fim de orientar as práticas e fiscalizar os trabalhos realizados. A importância do papel desenvolvido por esses estabelecimentos assim como as dificuldades enfrentadas pelos professores que neles lecionavam foram temas frequentemente discutidos na Revista Educação:

Ante essa resistência tenaz, inquebrantável, professor se não alcança remoção, começa a ceder. A influência do meio, deletéria e dissolvente, tem o poder incógnito e formidando. O ambiente empolga, asfixia e destrói. A gota d'água começa atravessar as horas do dia e os meses a cavar a rocha.

Se um inspetor escolar de esclarecida visão, de critério seguro não se compadece do herói e não o recomenda ao respectivo Secretário do Estado, se este não lhe reconhece competência e não lhe faz justiça aos méritos promovendo-o, daí a pouco o veremos a dar aulas sem gravata, sem paletó, calçando chinelas de couro etc.¹

Vários dos artigos referentes ao ensino rural, publicados ao final da década de 20 dedicaram-se a destacar o papel alfabetizador, uniformizador e construtor da nacionalidade dessa escola, assim como o caráter missionário dos professores que atuavam nessa região:

Joven professora rural, mãe espiritual daquellas creanças simples. A tua bondade vae se refletir naqueles lares pobres que abençoarão o teu esforço, que bendirão o teu nome.
Vae joven patrícia: - sertão em fóra, levar as alegrias de tua alma moça áquella gente pobre das aldeias.
Por Deus, pela Pátria e pela Família, ampara na sublimidade de tua missão, a Escola Rural.²

Embora fossem consideradas as dificuldades encontradas em seu trabalho, a preparação e a formação dos professores dessas regiões constituiu grande preocupação dos inspetores já que a falta de preparo dos mesmos e a grande quantidade de remoções e licenças solicitadas parecia afastar ainda mais o trabalho dessas escolas daquele idealizado pela República. Além disso, o crescimento desordenado das cidades agravado pelo êxodo rural alertava sobre a importância do trabalho educativo no campo a fim de promover o desenvolvimento dessa região e fixar as populações rurais.

Ao final da década de 20, durante a III Conferência Nacional de Educação, Fernando Magalhães, então Catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, apresentou uma tese intitulada *Combate ao analfabetismo rural* onde expôs o problema da distribuição humana no Brasil e as dificuldades vividas pelos professores da zona rural. O autor propôs a construção de centros de formação docente no próprio meio rural, assim como a adequação do currículo às necessidades do campo. Para ele, “o conhecimento da terra própria e o dever de favorecer-lhe a exuberância dentro da responsabilidade individual no trabalho exacto, productivo e pacífico, criam, através da escola rural, a salutar democracia agrícola.”³ As idéias defendidas no referido artigo conferem maior destaque ao papel social das escolas rurais e trazem à tona a preocupação com uma formação diferenciada para as populações dessas regiões, criando um discurso comum que tornou-se presente nos artigos dos volumes seguintes da revista, chegando a constituir uma das teses da IV Conferência Nacional de Educação.

O inquérito

O tema central da IV Conferência Nacional da Educação versava especialmente sobre questões referentes ao Ensino Normal. Dentre as teses discutidas, a 2ª. questão proposta dedicava-se a investigar COMO PREPARAR O PROFESSOR RURAL E COMO FIXÁ-LO AO MEIO EM QUE DEVE ACTUAR, devendo ser apresentada pelo então Inspetor Geral de Ensino, Prof. João de Toledo. Este, em março de 1930, lançou uma circular com um inquérito intitulado “Preparação e fixação do professor rural”. Tal inquérito, publicado na Revista Educação em maio de 1930, era composto por cinco questões que deveriam respondidas pelo professorado paulista até 15 de abril

daquele ano, da forma mais sistemática possível, contendo de 5 a 8 linhas para cada uma das respostas.

As três primeiras questões referiam-se à preparação dos professores rurais, enfocando a localização e o programa das escolas normais, assim como o recrutamento dos professores para esses estabelecimentos. As duas últimas, solicitavam sugestões para combater o urbanismo e promover o interesse pela vida no campo e conseqüente fixação do professor ao meio rural.

Construídas basicamente através de afirmativas, as perguntas do Inquérito ora iniciam-se com constatações, ora solicitam sugestões a partir de algumas condições previamente determinadas:

- 1) Tendo em vista a formação do professorado rural, as escolas normais primárias devem, de preferência, ser localizadas nos grandes centros urbanos ou nos núcleos rurais de mais densa população?
- 2) Tendo em vista o mesmo objetivo, qual a feição dominante do programa dessas escolas?
- 3) Qual o critério a seguir no recrutamento de lentes das escolas normais destinadas à preparação do professorado rural ?
- 4) Quais os recursos materiais aconselháveis a serem postos em prática, para combater a tendência ao “urbanismo” e promover o interesse pela vida no campo e conseqüente fixação ali dos professores rurais?
- 5) Quais as vantagens que, sem ônus graves para o erário público, podem ser concedidas aos professores rurais, com o fim de estabilizá-los em suas escolas?

No total, trinta e seis profissionais, entre inspetores, delegados e professores dos vários Distritos Escolares de São Paulo, responderam ao inquérito. As respostas foram publicadas – segundo o autor, à medida que eram recebidas - em quatro números da revista, durante os meses de maio, junho, julho e agosto, sendo primeiro bloco composto de oito respostas, o segundo de dezesseis, o terceiro, nove e o quarto e último bloco, três.

Grande parte delas foi apresentada em forma de circular, contendo local e data, saudação e uma breve introdução, agradecendo a participação no inquérito, sendo encerradas com assinatura do autor e cargo ou região onde atuava.

A preferência pela localização das escolas normais nos centros rurais, a necessidade de um programa especial para esses estabelecimentos, o rigor na seleção dos profissionais e a urgência em construir moradias para os professores da zona rural e ampliar seus vencimentos foram algumas das respostas mais freqüentes.

A Preparação do Professor Rural

A preocupação com a localização das Escolas Normais exposta na primeira pergunta do Inquérito, refletia o debate presente em vários artigos da Revista Educação acerca da formação dos professores rurais e a influência do meio na fixação desse profissional no campo. Desde a 3ª Conferência Nacional da Educação, o combate ao analfabetismo rural e a influência da instrução na

vida do campo pareciam encontrar na localização das Escolas Normais nos grandes centros urbanos um obstáculo.

Dos 36 profissionais que responderam ao Inquérito, 27 concordavam que as Escolas Normais Primárias deveriam situar-se no meio rural. Em grande parte das respostas, tal afirmação baseava-se no argumento de que a proximidade desses estabelecimentos propiciaria o fornecimento de professores oriundos da própria região, eliminando as dificuldades de adaptação ao meio sofridas pelos profissionais que vinham da zona urbana:

Na minha opinião desautorizada, as escolas normaes primárias devem ser localizadas, de preferência, nos núcleos ruraes de população densa, onde o futuro professor, espírito em formação, vai se ambientando para o exercício do magistério, compreendendo e praticando a vida do campo, em atmosfera de trabalho e de vigor physico e moral. Aliás, o combate ao indifferentismo da mocidade pela zona rural, deve ser uma constante preocupação dos educadores coerentes com o espírito de realização da época. (Ourinhos, ago/1930)⁴

A crença na influência do ambiente na formação e fixação do professorado rural e conseqüente mudança dos hábitos do homem do campo foi utilizada como argumento na maioria das respostas. Para alguns inspetores, o prolongado contato com a vida citadina parecia ser o verdadeiro causador do êxodo dos campos:

Quanto maior for o centro freqüentado pelo professor para completar o seu curso, tanto mais pronunciado será o horror pela vida de bairro. Ainda agora que inspeciono escolas nas vizinhanças da capital, mais se me radica essa convicção, pois vejo collegas preferirem sacrificar commodidade e até saúde, a residirem na sede de suas escolas. As normaes, pois, localizadas de preferência nas zonas ruraes, poderiam suavizar essa tendência acentuada ao urbanismo. (São Roque, jun/1930)

Os nove profissionais que sugeriram a instalação das Escolas Normaes Ruraes nos grandes centros urbanos apresentaram como justificativa a falta de recursos da zona rural para possibilitar a construção e manutenção desses estabelecimentos. Para eles, a localização das normais pouco importava desde que fossem oferecidas condições de trabalho aos professores das escolas rurais.

Definido o local de instalação da escola, o inquérito sugeria que a tarefa de despertar o interesse pela vida no campo pedia um programa diferenciado:

A rigidez de um programma único, bitolando o ensino em Estado como o nosso que apresenta zonas distintas, com suas características bem definidas, é coisa que as normas do ensino moderno não aconselham mais. (São Roque, jun/1930)

Considerando que grande parte da população rural era analfabeta, todos os profissionais que responderam ao inquérito sugeriram um programa mais simples e prático do que aquele destinado às escolas urbanas e aos grupos escolares. Alguns solicitaram mesmo a supressão do Francês e de outras disciplinas, em detrimento de uma atenção maior às noções básicas de leitura e escrita, com ênfase na Geografia e na História local e nas disciplinas agrícolas:

O programma nas normaes primárias deveria ser reduzido a um mínimo de conhecimentos indispensáveis: - português, aritmética, noções de álgebra e de geometria, geographia e

história do Brasil, ciências físicas e naturais e higiene, desenho, música (cantos escolares), psico-pedagogia e didática.

Ao ensino, em geral, deveria ser dado um caráter eminentemente prático. (São Paulo, jun/1930)

As moléstias que atingiam o meio rural e os hábitos desprezíveis do homem do campo pediam um educador conhecedor das noções de higiene para estudo e desenvolvimento de um programa especial, semelhante àquele destinado aos sanitaristas. O professor formado pelas normais primárias rurais deveria ser um agente nacionalizador e divulgador de hábitos de saúde, despertando o interesse pela vida rural, *de modo a criar, nos indivíduos, a convicção de que a vida ideal, nobre e feliz, é a que o campo proporciona a quem a ele se dedica convenientemente orientado.*(Dourado, mai/1930)

Para lecionar nas Escolas Normais Rurais várias sugestões foram apresentadas: desde a manutenção dos concursos já existentes, passando pela escolha através do mérito pessoal e tempo de serviço, até a seleção de professores residentes na própria zona rural. Entre tantas idéias divergentes, todas convergiam num ponto: os lentes dessas escolas deveriam ser profissionais conhecedores do meio, com ampla experiência em lecionar na própria região e portanto, formadores *da verdadeira sociedade do pessoal da roça. Estes são os funcionários que passaram o início da sua carreira, ensinando com verdadeiro patriotismo e entusiasmo, os filhos do nosso caboclo, dos nossos camaradas, dos nossos colonos, estrangeiros e, até, os filhos dos donos das fazendas.* (Piracicaba, jun/1930)

A fixação do Professor Rural

As duas últimas perguntas do inquérito refletiam parte das preocupações dos inspetores escolares com relação ao trabalho desenvolvido nas escolas rurais e isoladas. Vencimentos menores do que aqueles destinados aos professores das escolas urbanas, ausência de casa própria próxima ao estabelecimento de ensino, falta de condições materiais de trabalho e classes com múltiplas séries eram alguns dos obstáculos enfrentados por esses profissionais recém saídos das escolas normais localizadas nos centros urbanos.

Grande parte das escolas rurais não possuía prédio próprio, funcionando, na maioria das vezes em imóveis alugados pelo estado ou cedidos pelos fazendeiros da região. Em condições precárias e situados a longas distâncias dos povoados, manter os trabalhos e garantir o andamento das aulas nesses estabelecimentos era tarefa dos inspetores escolares que, em suas respostas ao inquérito revelaram parte das dificuldades observadas durante serviço de orientação e acompanhamento das atividades das escolas rurais:

É sabido que o professor da zona rural, não é só professor. É tudo. E sendo tudo, será também um guia do nosso caboclo que, por índole, é refractário à instrução, tendo por isso necessidade de um guia que lhe mereça confiança e amizade. (...)

Tenha o professor sua residência fixa no bairro, procure conhecer os pais dos alunos, principalmente os caboclos que vivem indiferentes a tudo que os cerca e veremos as

escolas ruraes desempenhando cabalmente o papel que lhes compete. (Capivari, mai/1930)

Em sua maioria, recém formados e do sexo feminino, os professores da zona rural ora eram considerados heróis e sacerdotes que iniciavam o “noviciado” no campo para, o mais rápido possível, seguirem em direção aos grupos escolares da zona urbana:

No meio rural, actualmente, salvo algumas exceções, o que chama desde logo a atenção é a falta de conforto aos professores. Resignados e pacientes, muitos delles supportam evangelicamente todas as privações e vicissitudes, sem uma queixa! Outros, e são a grande maioria, buscam remédio nos constantes pedidos de licença ou nas remoções, na esperança de melhor sorte. (Bragança, jun/1930)

Ora eram fugitivos que precisavam ser trancados às suas escolas:

Todo mal corta-se pela raiz. O único meio será trancar, ao professor rural, as portas para o acesso às urbanas. (...)O candidato que estudou em escola normal rural, terá de ser sempre professor rural.(As leigas actuaes, identificando-se à vida rural e fixando-se nos bairros, apresentando trabalho satisfatório, provam isto. Se se fixam não é tão só pelo fato de serem oriundas das zonas onde trabalham, antes mais pelo de não terem direito ao acesso. Tivessem este direito e veríamos o que vemos com as diplomadas. (...) Escolas com 2 annos! Não faltarão mais professores ruraes para substituírem *os desertores!*(Jaboticabal, jul/1930)

A atração exercida pelas “facilidades” da vida nas grandes cidades aliada a falta de acompanhamento do trabalho pedagógico e o isolamento a que eram submetidos, agravavam ainda mais a situação, levando alguns dos profissionais que responderam ao inquérito a sugerir soluções improváveis:

Accresce, no ponto de vista paulista, que o contingente do professorado rural é feminino, e na maior parte, com raízes profundas ligadas à vida urbana. Só a circunstância fortuita dum casamento com um proprietário ou empregado das fazendas criaria nessas professoras, o gosto pela vida do campo. (São Paulo, jun/1930)

Embora divergissem em algumas idéias, para todos os profissionais fazia-se necessário melhorar as condições de trabalho das escolas rurais:

Os meios práticos de se combater o urbanismo no seio do professorado paulista são: a elevação dos vencimentos dos professores ruraes, pelo menos, iguaes aos de adjunto do grupo escolar, da actualidade; a construção de prédios escolares com as precisas dependências para residência do prof. e da sua família, na sede dos núcleos de ensino. Para a fixação dos profs. nas zonas ruraes e, também para desenvolver-lhes o interesse ela vida campestre é imperioso que – O GOVERNO ELEVE AO DOBRO OS VENCIMENTOS DOS COLLEGAS QUE DEVEM SER OS PRECETORES DOS FUTUROS CULTIVADORES DO SOLO PAULISTA. São Paulo precisa recrutar, para o serviço do ensino, a mais alta e fina flor da intelligência de seus filhos. E só remunerando bem, consegui-lo-há. (Piracicaba, jun/1930)

Garantir a permanência dos professores no meio rural, evitando as numerosos licenças, o constante abandono de escolas e os freqüentes pedidos de afastamento, parecia ser uma das saídas para o engrandecimento da pátria através do desenvolvimento do campo. Isso só seria possível,

segundo Sud Menucci – que também respondeu ao inquérito – por meio da criação do tipo do professor rural, por meio criação da “escola brasileira”:

...isto é, na criação do typo escolar que brote, naturalmente, como unidade verdadeiramente harmônica entre a organização do trabalho e a organização da família. E essa escola brasileira deve ser uma summa experimental dos nossos conhecimentos no tocante às condições econômicas nacionais e às condições psicológicas da metalidade indígena trabalhada pelas correntes filosóficas do século (jul/1930)

As idéias de uma escola voltada para o Brasil rural, com currículo adequado a realidade local, incentivando a vida no campo como preparo para o desenvolvimento agrícola delineadas nas respostas deste inquérito, passaram a integrar as discussões acerca do ensino rural, alimentando um longo debate que atravessou a década de 30 e que também foi tema de inúmeros artigos da Revista Educação.

Bibliografia:

DUARTE, Geni Rosa. *Rumo ao campo: a civilização pela escola*. PUCSP, 1995

REVISTA EDUCAÇÃO - jan/fev 1928

REVISTA EDUCAÇÃO - set/out 1929

REVISTA EDUCAÇÃO - mai/ 1930

REVISTA EDUCAÇÃO - jun/1930

REVISTA EDUCAÇÃO - jul/1930

REVISTA EDUCAÇÃO - ago/1930

Notas:

¹ Revista Educação, jan/fev 1928

² Revista Educação, set/1929.

³ Revista Educação, out/ 1929.

⁴ As referências às respostas ao inquérito utilizadas como fontes documentais neste texto, serão arroladas com a seguinte indicação: Localidade do profissional que respondeu ao Inquérito, seguida da data do volume da revista onde foi publicada.